

OBJETIVAÇÃO DA MULHER SURDA NA PRÁTICA DISCURSIVA MIDIÁTICA

OBJECTIFICATION OF DEAF WOMEN IN THE MEDIATIC DISCURSIVE PRACTICE

Cintia Bicudo

Luciana Cristina Ferreira Dias Di Raimo

UEM

Resumo: Destacamos sequências enunciativas que permeiam a surdez, voltando nosso olhar para a prática discursiva midiática que se sustenta por dispositivos de poder-saber. O *corpus* para análise é constituído por dez notícias ou reportagens que foram encontradas/selecionadas a partir do uso do descritor ‘mulher surda’ no Google, mais exatamente, em pesquisa efetuada no dia 4 de novembro de 2022. O nosso objetivo é analisar os enunciados presentes nas notícias e reportagens para descrever como o sujeito-corpo-discurso da mulher surda é objetivado na esfera jornalística. Para isso, primeiramente, apresentaremos as notícias e reportagens publicadas sobre esse sujeito. Em seguida, descrevemos como ele é representado na reportagem *Mulheres surdas não conseguem denunciar violência doméstica por falta de intérpretes*. Em relação ao referencial teórico-metodológico, para empreender esta pesquisa, pautamo-nos nas discussões sobre sujeito e poder realizadas por Foucault (2008; 2010; 2017) e pesquisadores que trilham a mesma vertente, a saber: Navarro (2020), Bertola (2019) e Oksala (2011).

Palavras-chave: Violência doméstica; Poder; Surdez.

Abstract: *We highlight enunciative sequences that permeates deafness, looking back at the mediatic discursive practice that holds itself by mechanisms consisted of power and knowledge. The corpus which will be analyzed is constituted by ten news or reports found and selected from the descriptor “deaf woman” on Google, more specifically, from a research made in November 4, 2022. Our objective is to analyze statements contained in news and reports in order to describe how the subject-body-discourse of deaf women is objectified in the journalist field. Therefore, first, we will present the news and reports published about this subject. Subsequently, we will describe how the subject is represented in the article “Deaf women are unable to report domestic violence due to the lack of interpreters”. Regarding the theoretical-methodological background, to comprehend this this research, we were guided by the discussions of subject and power undertaken by Foucault (2008;2010;2017) and researchers who follow along the same strand, namely: Navarro (2020), Bertola (2019) and Oksala (2011).*

Key-words: *Domestic violence; Power; Deafness.*

INTRODUÇÃO

Quando enveredamos pela seara dos estudos discursivos atinentes a Foucault, percebemos o interesse do filósofo pelo que é quase invisível, isto é, por aquilo que não segue o padrão; por isso, tendo em vista a descrição de relações de poder e resistência das mulheres na sociedade, neste artigo em específico, voltamos o olhar para um grupo mais específico que, muitas vezes, não é ouvido nem pelas próprias mulheres: a mulher surda. Pretendemos seguir os passos de Foucault (2008) para descrever a constituição histórica dos jogos de verdades sobre a mulher surda.

O *corpus* para análise é constituído por dez notícias ou reportagens que foram encontradas/selecionadas a partir do uso do descritor ‘mulher surda’ no Google, mais exatamente, em pesquisa efetuada no dia 4 de novembro de 2022. Excluimos os textos que abordavam a surdez de maneira

geral. Selecionamos notícias sobre mulher surda dos últimos 5 anos e que foram publicadas em *sites* de maior repercussão.

O nosso objetivo é analisar os enunciados presentes nas notícias e reportagens para descrever como o sujeito-corpo-discurso da mulher surda é objetivado na esfera jornalística. Para isso, primeiramente, apresentaremos as notícias e reportagens publicadas sobre esse sujeito no período já mencionado. Em seguida, pretendemos descrever como o sujeito mulher surda é representado na reportagem *Mulheres surdas não conseguem denunciar violência doméstica por falta de intérpretes*. Em relação ao referencial teórico-metodológico, para empreender esta pesquisa, pautamo-nos nas discussões sobre sujeito e poder realizadas por Foucault (2008; 2010; 2017) e pesquisadores que trilham a mesma vertente, a saber: Navarro (2020), Bertola (2019) e Oksala (2011).

1. SUJEITO E PODER

Esta vertente teórico-metodológica “não trata o discurso como documento, como signo de outra coisa[...]; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento” (Foucault, 2008, p.157). Isso significa descrever, de maneira sistemática, o discurso-objeto atravessando sua opacidade. Ao realizarmos essa descrição, muitos conceitos vão surgindo concomitantemente; por uma questão didática, selecionamos dois para trabalhar neste momento: sujeito e poder.

1.1 Sujeito

Na perspectiva foucaultiana, o sujeito se constitui por processos de sujeição e subjetivação por meio dos quais ele interage com as instituições. Cunha, Luzio e Cruz (2014) definem sujeito a partir das reflexões de Foucault (2010) e Deleuze (2005):

O sujeito é constituído, e não constituinte, por atravessamentos discursivos, epistêmicos, políticos e culturais. As maneiras de realizar a experiência de si, os processos de subjetivação, são organizadas, então, conforme a produção e articulação de tais domínios historicamente; derivam do saber e do poder, mas não dependem dele (Cunha; Luzio; Cruz, 2014, p. 189).

Para Foucault, os sujeitos não são apenas construídos pelo poder: “os sujeitos não são apenas corpos dóceis, mas recusam, adotam e alteram ativamente as formas de ser um sujeito” (Oksala, 2011, p. 124). O sujeito é descentrado e situado como objeto do saber por um exercício de poder.

Os processos de objetivação e subjetivação ultrapassam o campo enunciativo. A formulação “sujeito-corpo-discurso” engloba a concepção do corpo como um lugar de conflitos/disputas com a concepção de corpo na condição de “elemento estratégico face aos processos de objetivação e de subjetivação” (Bertola; Navarro, 2022, p. 213). O sujeito é “suporte” de enunciados. A dificuldade em descrever o conceito de enunciado está no fato de não ser uma estrutura. Ele é sempre apresentado por intermédio de uma espessura material, mas não pode ser definido por ela.

Chamaremos *enunciado* a modalidade de existência própria desse conjunto de signos: modalidade que lhe permite ser algo diferente de uma série de traços, algo diferente de uma sucessão de marcas em uma substância, algo diferente de um objeto qualquer fabricado por um ser humano; modalidade que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras *performances* verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível (Foucault, 2008, p. 121).

De acordo com Foucault (2008), não podemos restringir o conceito de enunciado a uma frase (há enunciados que não são frases); outrossim, o enunciado não é um ato de linguagem (um ato pode ter mais que um enunciado). A “seleção” de enunciados que constitui determinado sujeito acontece por meio das relações de poder. Entender como se exerce o poder é levar às consequências como o sujeito é formado.

1.2 Poder

Durante um tempo, Foucault se dedicou ao estudo da relação de poder e formação de conhecimento científico. As regras que regulam as práticas científicas estão ligadas às relações de poder da sociedade em questão. “Domínios de saber e relações de poder estão intrinsecamente relacionados, e esse entrelaçamento fundamental é o que Foucault chama de o híbrido poder/saber” (Oksala, 2011, p. 63).

O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (Foucault, 2017, p. 284).

Nessa perspectiva, o poder acontece nas relações e “[...] só é exercido sobre sujeitos livres que dispõem diante de si de um leque de condutas possíveis[...]” (Navarro, 2020, p. 224). O poder não é essencialmente repressivo; ele é produtivo (Oksala, 2011). O poder está no movimento, na ação dos sujeitos.

Ademais, cumpre realçar: o poder está em toda parte e provém de todos os lugares. “Há que se analisar as relações de poder de baixo para cima e não de cima para baixo, e se estudar a miríade de maneiras pelas quais os sujeitos são constituídos em redes diferentes, mas entrecruzadas” (Oksala, 2011, p. 84). O sujeito é fruto das relações de poder tanto externas (da sociedade) quanto internas (dele próprio). Na próxima seção, analisaremos quais enunciados estão formando a mulher surda na sociedade.

2. A MULHER SURDA

Para compreender como a mulher surda é objetivada em textos de mídia jornalística, realizamos uma pesquisa no Google usando como descritor ‘mulher surda’, mais exatamente, no dia 4 de novembro de 2022. Priorizamos por textos publicados nos últimos 5 anos em *sites* de maior repercussão¹. Apresentamos, no Quadro 1, o título, o *site* e a data da publicação das notícias e reportagens encontradas. Acrescentamos um número antes do título para facilitar a menção.

¹ Descartamos reportagens encontradas nos *sites*: Gospel prime; Enfoco; Blog Mais Pajeú; Portal AZ; Pragmatismo Político; e MS Notícias.

Quadro 1. Notícias e reportagens sobre a mulher surda entre 2018 e 2022

TÍTULO	SITE	DATA
1. Mulheres surdas não conseguem denunciar violência doméstica por falta de intérpretes	O Globo Brasil	14/04/2019
2. Dia Nacional do Surdo: desafios da mulher surda no mercado de trabalho	Terra	26/09/2020
3. Lei garante atendimento especializado a surdas e cegas vítimas de violência	Correio Braziliense	03/12/2020
4. Professora vira referência no combate à violência contra mulheres surdas	UOL	15/12/2020
5. Mulher finge ser surda e se livra de assalto em ônibus	RIC – Mais	25/05/2021
6. Surda é presa por se apropriar de R\$ 30 mil em empréstimos de outros deficientes auditivos no AP	G1 – Globo	27/07/2021
7. Segue para sanção projeto que garante intérpretes de Libras a gestantes surdas	Assembleia Legislativa do Estado do Paraná	21/02/2022
8. Primeira mulher surda a ser doutora pela UFMG foi reprovada cinco vezes na escola e tem história de dedicação: ‘Ainda sem acreditar’	G1 – Globo	03/03/2022
9. Grávida surda faz parto acompanhada de intérprete de libras no Paraná	RPC	08/10/2022
10. Homem é preso suspeito de estuprar mulher surda e com deficiência mental no interior de SP	G1 – Globo	04/11/2022

Fonte: A autora.

Dentre os 10 títulos apresentados no Quadro 1, 5 são sobre violência (1, 3, 4, 5, 10); alguns relatam a violência sofrida pelas mulheres (1, 10); outros apresentam um movimento de resistência (4, 5); o último (3) evidencia a aprovação de uma lei, sinalizando uma nova fase da luta contra a violência: fazer a lei ser cumprida. Os demais títulos abordam o mercado de trabalho, educação, estelionato e a aprovação de leis, de modo a garantir a presença de intérprete em espaços públicos.

Ao analisar os textos, percebemos as diferentes relações que a mulher surda tem com a língua portuguesa. No texto 1, a mulher surda relata que tentou fazer a denúncia três vezes, mas não tinha

conseguido se comunicar, enquanto a mulher surda do texto 8 cedeu uma entrevista para o G1 pela escrita. Se a mulher do texto 1 tivesse domínio da língua portuguesa na sua modalidade escrita, teria conseguido fazer a denúncia. Esse é um exemplo de movimento de poder (dentre os vários movimentos que acontecem simultaneamente e entrecruzados) na relação língua portuguesa e libras. Mesmo a surda, que tem orgulho da sua língua, “obriga-se” a aprender língua portuguesa, “[...] somos todos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder” (Foucault, 2017, p. 279).

Assim, ao descrever apenas os títulos, neste momento, constatamos que a não utilização da língua dominante objetiva a mulher surda como: a) incapaz – “não conseguem” (1), “reprovada cinco vezes” (8); b) dependente de alguém – “falta de intérpretes” (1), “acompanhada de intérprete” (9). De acordo com Oksala (2011), o comportamento do ser humano pode ser determinado pela classificação e categorização que recebe.

O texto (9), *Grávida surda faz parto acompanhada de intérprete de libras no Paraná*, que foi a notícia da RPC no Paraná, no dia 8 de outubro de 2022, apresenta, em imagem, a intérprete com a mulher surda (Figura 1).

Figura 1. Grávida surda faz parto acompanhada de intérprete de libras no Paraná



g1 PARANÁ RPC

Grávida surda faz parto acompanhada de intérprete de libras no Paraná

Rosilene Gregório mora em Curitiba e era acompanhada pela intérprete, que precisou acompanhar o parto porque o bebê nasceu antes do esperado.

Por g1 PR e RPC Curitiba
08/10/2022 08h58 · Atualizado há 3 meses

f t w t i s

Grávida surda de Curitiba — Foto: Reprodução/RPC

Fonte: RPC (2022).

Com a mão direita, ela realiza a tradução, enquanto, com a mão esquerda, segura a mão da mulher surda gestante ao demonstrar um apoio. Agora, imaginemos a mesma situação sem a presença da intérprete. A mulher surda sem ver o que acontece na sala e sem comunicação com os médicos e as enfermeiras.

Foucault sugeriu que as novas possibilidades para o pensamento residiam na análise da linguagem como algo mais fundamental que o homem. Em vez de a linguagem ser somente um instrumento que usamos para traduzir nossas experiências em palavras, as próprias experiências são formadas pelos modos como são conceituadas na linguagem (Oksala, 2011, p. 44).

O intérprete de libras não realiza apenas a “tradução” de uma língua oral para uma gestual; ele também é responsável pela interação entre as culturas e, geralmente, representa um apoio para o surdo, de maneira a criar uma relação de amizade. Na notícia, a intérprete que trabalhou no parto relata: “Recebi o convite para ser madrinha dele (Théo). E já aceitei”.

O processo de objetivação e subjetivação que relaciona a mulher surda com a incapacidade é tão forte que, quando essa barreira é rompida, como destaca o texto 8, “Primeira mulher surda a ser doutora”, o próprio sujeito não compreende: “Ainda sem acreditar”. Isso pode ser resquício de uma construção social de muito tempo. Na Antiguidade Clássica, por exemplo, a fala (oral) era suporte imprescindível para o cumprimento da vocação política do ser humano – e, conseqüentemente, o surdo era concebido como sub-humano (Eiji, 2011).

Para compreender como a mulher surda é objetivada no Brasil, realizaremos uma descrição mais sistemática da primeira reportagem, *Mulheres surdas não conseguem denunciar violência doméstica por falta de intérpretes*, na próxima subseção.

2.1 O silenciamento das mãos

O texto se aproxima do gênero reportagem e apresenta como título: *Mulheres surdas não conseguem denunciar violência doméstica por falta de intérpretes*. A reportagem foi publicada no site O Globo Brasil, no dia 14 de abril de 2019 (Figura 2). Para fazer a “a escansão do discurso”, destacamos o título e a imagem que compõem o texto, pois analisaremos o quadro enunciativo considerando tanto os aspectos verbais quanto os imagéticos.

Figura 2. Mulheres surdas não conseguem denunciar violência doméstica por falta de intérpretes



Fonte: Costa (2019).

Por que apareceu esse texto e não outro? Se estivéssemos em outra conjuntura sócio-histórica, existiriam condições de possibilidades para o aparecimento e circulação desse texto? Na imagem que o acompanha, temos uma mulher com cabelos curtos; ela está com a boca amarrada com fios. Esses fios estão ligados às mãos, de maneira que ela não conseguiria movimentar os dedos polegar, indicador e o médio das duas mãos.

Vale sacudir as evidências e buscar dar visibilidade aos sentidos em opacidade. Primeiro, historicamente, as mãos amarradas estão relacionadas a um fato. Nesse caso, é necessário recorrer a um acontecimento histórico e mencionar o Congresso de Milão, que aconteceu em 1880, e foi o primeiro evento internacional para tratar da educação dos surdos.

Depois desse congresso, foi proibido o uso da língua de sinais nas escolas de surdos em toda a Europa. No Brasil, muitos surdos tiveram suas mãos atadas para obrigá-los a se comunicar pela oralidade (Mori; Sander, 2015). No Congresso de Milão, constituiu-se um corpo de saberes que passaram a regular e justificar a proibição da língua gestual², de modo que essas relações de poder/saber provocaram a proibição da língua de sinais por, aproximadamente, 100 anos. Ouvintes amparados pelos discursos científicos da época estavam legitimados a interferirem na vida dos surdos.

Ademais, as mãos amarradas podem remeter a um sentido de vítima/vulnerável, tendo em vista as formas como a mídia objetiva e subjetiva a mulher surda em condição de violência. Desse modo, o corpo é materializado como preso/atado (mãos) e emerge contendo uma tarja, que cobre os lábios dessa mulher. O discurso midiático subjetiva a mulher surda como duplamente calada/silenciada: seja pela sua condição de surda em situação de violência, seja por um problema estrutural que a impede de ser compreendida no ato da denúncia – a falta de intérpretes.

Na Figura 2, a imagem dos dedos amarrados impedindo o surdo de se comunicar em Libras, isto é, sua língua materna, reitera uma divisão entre quem pode se defender com uma denúncia verbal e quem não tem a possibilidade de fazê-lo. Como na imagem apenas três dedos estão amarrados, para alguns, pode parecer que a mulher ainda poderia se comunicar de alguma maneira, no entanto, em Libras, a configuração de cada dedo tem uma função. Grosso modo, a configuração de mão é a maneira como os dedos se posicionam para produzir o sinal. A Libras tem 46 configurações de mão (Quadros; Karnopp, 2004).

Ainda, no aspecto imagético, há algo parecido com espinhos que faz o elo entre as duas mãos ao formar um círculo. Pelo fato de o rosto estar no centro desse círculo, tal imagem, em termos de formulações visuais anteriores inscritas na memória, remete-nos à coroa de espinhos relacionada à Paixão de Cristo. Há a representação de um sofrimento que não consegue ser expressado por nenhuma língua. A dor transborda por meio de uma lágrima, que escorre pelo rosto.

Na parte verbal, primeiramente, vamos trabalhar a opacidade do efeito de verdade em *violência doméstica*. Quando falamos em violência doméstica, logo pensamos em violência contra a mulher. Bertola (2019) realizou uma pesquisa no Fórum de Segurança Pública e constatou que 85 a 88% das vítimas de violência doméstica são mulheres e, em média, 90% dos agressores são homens. Devemos considerar que muitas mulheres nem chegam a denunciar o abusador. Nesse sentido, as reflexões sobre o corpo devem considerar a questão de poder, pois os corpos abrigam sujeitos. “É como se não se pudesse determinar uma ordem do que vem antes entre corpo, sujeito ou poder” (Bertola, 2019, p. 32).

O sujeito repete um comportamento que é “aceitável” socialmente. A identidade de gênero é formada como um ideal regulatório nas relações de poder e saber. “A ideia de um núcleo estável do gênero é uma ficção sustentada por uma incessante performance” (Oksala, 2011, p. 96). Tal identidade é construída de maneira normativa e excludente, de forma a refletir as relações de poder da sociedade. Se, ainda, há um

² Utilizamos o termo “língua de sinais” para se referir a qualquer língua gestual; utilizamos o termo “Libras” para se referir à língua gestual específica do Brasil.

grande número de violência contra a mulher, é porque a sociedade, de alguma maneira, está permitindo/naturalizando essa agressão.

Existe um poder dominante sob o corpo da mulher; esse corpo é subjetivado e encontra brechas para a resistência. Quando o corpo da mulher consegue “sair de uma relação em que os homens a subjugam, é que começamos a ver movimentos de resistência” (Bertola, 2019, p. 46). Para Bertola (2019), esses movimentos de resistência podem ser observados em entrevistas, organizações de mulheres e em denúncias. No caso das mulheres surdas, quando elas conseguem “sair” do lugar que os homens as subjugam, também é necessário sair do lugar no/do qual a sociedade ouvinte as subjugam (como sub-humanas/deficientes).

O segundo trecho que destacamos no título é *falta de intérpretes*. Essa sequência enunciativa acompanha o sujeito surdo durante a vida. Pensando os lugares que um sujeito surdo frequenta – escola, trabalho, órgãos públicos, hospitais - raramente há um profissional capacitado disponível. De acordo com Santos (2022), apenas 8% das cidades brasileiras informaram possuir pessoal capacitado para atendimento em Libras nas sedes municipais. Compete enfatizar: desde 2002, a Lei nº 10.436, no Artigo 3º, estabelece que as instituições públicas e empresas de assistência à saúde devem garantir o atendimento adequado aos portadores de deficiência auditiva (Brasil, 2002). A partir das reflexões de Foucault, é possível perceber as relações de poder que permeiam o dispositivo da surdez, na medida em que outras leis foram cumpridas, porém a de acessibilidade para o surdo, não.

Logo após o título, temos: *‘Nunca tive a possibilidade de me comunicar na minha própria língua’, conta uma das portadoras de deficiência auditiva que encontrou dificuldades para denunciar a agressão*. Chamamos atenção para o fato de a autora ter utilizado o termo “portadoras de deficiência auditiva”. A palavra “deficiente” remete à falta, e “portadoras” constrói uma representação de sujeito que carrega uma condição. A deficiente auditiva seria, ao mesmo tempo, aquela que carrega o estigma e a falta/ausência da audição/comunicação – um corpo que porta a “anormalidade” que, por sua vez, a exclui dos demais.

O Decreto nº 5.626 considera deficiência auditiva “a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz” (Brasil, 2005). O mesmo documento considera pessoa surda “[...] aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais” (Brasil, 2005, p. 1).

De acordo com o Decreto, a diferença entre pessoa com deficiência e pessoa surda estaria nos modos diferentes de interação com o mundo, mas os diferentes efeitos de sentidos produzidos entre os enunciados *pessoa com deficiência auditiva* e *pessoa surda* são mais complexos. Um grupo de pesquisadores defende o uso do termo “surdo/surda” com o objetivo de retirar a ideia de que falta algo para o surdo: “[...] a presença da surdez resulta em uma condição de estar no mundo e não uma doença. A visão clínica aponta a surdez como um problema patológico, uma deformidade que deve ser tratada, pois impõe que todo surdo deve ser curado” (Castro, 2015, p. 15). Para esse grupo, o termo “surdo” sinaliza apenas uma diferença linguística, deixando de conceber o surdo como sujeito em que “falta” algo.

Em outro trecho da reportagem, a mulher relata “Eu não tenho autonomia. Se eu vir ele chegando, me ameaçando ou algo do tipo, vou ter que mandar mensagem pedindo para alguém chamar a polícia”. Esse excerto corrobora com a objetivação da mulher surda, destacada anteriormente, como incapaz e dependente de alguém. Se a surdez fosse concebida como diferença linguística e não deficiência, essa mulher teria autonomia de conseguir entrar em contato com a polícia diretamente, sem ter de recorrer a alguém para fazer isso. A utilização de um aplicativo de celular, isto é, o uso da escrita ou outras formas alternativas de comunicação, já possibilitaria essa autonomia.

Em outro excerto da reportagem, destacamos a necessidade que a mulher surda tem de outra pessoa. Para ela conseguir fazer a denúncia, precisou recorrer a duas pessoas. “Carla só conseguiu fazer a denúncia com a ajuda de Lygia Neves, também surda, que encontrou uma tradutora voluntária”. Dessa forma, a mulher

surda é objetivada como incapaz, ou seja, que precisa de alguém tanto analisando o panorama geral dos textos da esfera jornalística quanto descrevendo uma reportagem específica.

Como nos ensina Foucault (2017, p. 131) “mas quando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o próprio grânulo dos indivíduos, atinge seus corpos, vem inserir-se em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana”.

A mulher surda, em condição de violência, em sua vida cotidiana, resiste quando se coloca como diferença étnico-linguística, e não deficiência/anormalidade, isto é, com direito de denunciar à sua maneira. Ela resiste onde se dá uma falta/falha estrutural de condições que deveriam ser oferecidas pelo Estado, a fim de que pudesse denunciar/expor seu dano, ser ouvida, acolhida, incluída.

Nessas brechas (em relações capilares, da ordem do micro em que se dá a resistência), a mulher surda encontra em outros pares (mulheres surdas ou que conhecem Libras) possibilidades de resistir e criar condições de (d)enunciar, justamente a partir de uma rede de solidariedade entre mulheres surdas ou tradutoras voluntárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os enunciados presentes nas notícias e reportagens publicadas nos últimos cinco anos, constatamos que os processos de objetivação e subjetivação relacionam a mulher surda à incapacidade, ao silêncio e à dependência. Ela é concebida como incapaz de se defender (por ser mulher) ou impossibilitada de realizar uma denúncia (por ser surda).

O corpo de saberes que regulam e justificam a surdez como uma patologia fortalece o discurso de que o surdo é uma pessoa deficiente em quem falta algo; mas, do mesmo modo que os jogos de verdade descreveram a mulher surda como incapaz por meio de processos de resistência, também pode emergir a mulher surda como bilíngue (que se inscreve na Língua portuguesa e na Libras) ou mesmo a partir de um gesto de (d)enunciar a violência por meio de uma tradutora voluntária – em redes micro de solidariedade e empatia.

Se o poder funciona disperso constituído em uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a resistência também se produz justamente quando o indivíduo reflete criticamente sobre o que lhe impõe o sistema, buscando a prática de um outro modo de vida, de um novo estilo.

Ademais, destacamos um dos movimentos de resistência em ascendência na comunidade surda em substituir a designação *pessoa com deficiência auditiva* por *surda/surdo*. Em meio a um deslocamento/deriva entre os enunciados, novos sentidos são reclamados e redimensionamentos são produzidos na forma como o sujeito é constituído. Menos que uma prática de negação, a resistência diz respeito um exercício de afirmação de outras possibilidades de vida em sociedade (Duarte, 2012).

REFERÊNCIAS

BERTOLA, F. B. **A MULHER ESTUPRADA COMO OBJETO DO DISCURSO: análises sobre enunciados jornalísticos**. 2019. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019. Disponível em: <http://old.ple.uem.br/defesas/pdf/fbbertola.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022.

BERTOLA, F. B.; NAVARRO, P. Sujeito-corpo-discurso violentado: uma análise de enunciados-sentença jornalísticos sobre o estupro feminino. **Revista da Anpoll**, [S. l.], v. 53, n. 2, p. 211–228, 2022. DOI:

10.18309/ranpoll.v53i2.1798. Disponível em:
<https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1798>. Acesso em: 5 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais**. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 23 jan. 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta A Lei Nº 10.436, de 24 de Abril de 2002, Que Dispõe Sobre A Língua Brasileira de Sinais - Libras, e O Art. 18 da Lei Nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000.**. Brasília, DF, Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 02 set. 2022.

CASTRO, G. Cultura surda e identidade: estratégias de empoderamento na constituição do sujeito surdo. In: ALMEIDA, Wolney Gomes (org.). **Educação de surdos: formação, estratégia e prática docente**. Ilhéus: Editora da Uesc, 2015. p. 11-23. Disponível em:
<https://static.scielo.org/scielobooks/m6fcj/pdf/almeida-9788574554457.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2023.

COSTA, G. **Mulheres surdas não conseguem denunciar violência doméstica por falta de intérpretes**. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/celina/mulheres-surdas-nao-conseguem-denunciar-violencia-domestica-por-falta-de-interpretes-23597017>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CUNHA, A. C.; LUZIO, C. A.; CRUZ, S. G. A Arqueogenealogia como Ferramenta de Pesquisa no Campo da Atenção Psicossocial. **Revista de Ciências Humanas**, [S.L.], v. 48, n. 2, p. 186-203, 17 dez. 2014. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2178-4582.2014v48n2p186>. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2014v48n2p186/28503>. Acesso em: 09 nov. 2022.

DELEUZE, G. **Foucault**. Trad: Cláudia Sant'Anna Martins. 6ª reimpressão da 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DUARTE, A. Singularização e Subjetivação: Arendt, Foucault, e os novos agentes políticos do presente. In: Princípios – **Revista de Filosofia**. Natal: v. 19, n. 32, p. 9-34, jul./dez. 2012

EIJI, H. **Surdez na Antiguidade**. 2011. Disponível em: <https://culturasurda.net/antiguidade/>. Acesso em: 11 nov. 2022.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault – uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Trad: Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 273-295.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização de Roberto Machado. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GONTIJO, M. L. **Primeira mulher surda a ser doutora pela UFMG foi reprovada cinco vezes na escola e tem história de dedicação**: "ainda sem acreditar". "Ainda sem acreditar". 2022.

Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/03/03/primeira-mulher-surda-a-ser-doutora-pela-ufmg-foi-reprovada-cinco-vezes-na-escola-e-tem-historia-de-dedicacao-ainda-sem-acreditar.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2023.

HOMEM é preso suspeito de estuprar mulher surda e com deficiência mental no interior de SP. **G1**. 2022.

Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/itapetininga-regiao/noticia/2022/11/04/homem-e-preso-suspeito-de-estuprar-mulher-surda-e-com-deficiencia-mental-no-interior-de-sp.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2023.

LEI garante atendimento especializado a surdas e cegas vítimas de violência. **Correio Braziliense**. 2020.

Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2020/12/4892978-lei-garante-atendimento-especializado-a-surdas-e-cegas-vitimas-de-violencia.html>. Acesso em: 20 jan. 2023.

MITOS sobre as Línguas de Sinais. In: Caderno pedagógico. **Instituto Federal de Santa Catarina**.

Disponível em: <https://moodle.ifsc.edu.br/mod/book/view.php?id=216542&chapterid=26570>. Acesso em: 21 jan. 2023.

MORI, N. N.; SANDER, R. E. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL. In:

SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPE, 1., 2015, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: Uem, 2015. p. 1-16.

Disponível em: http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2015/trabalhos/co_04/94.pdf. Acesso em: 11 nov. 2022.

MULHER finge ser surda e se livra de assalto em ônibus. **RIC Mais**. 2021. Disponível em:

<https://ricmais.com.br/noticias/mulher-surda-e-se-livra-de-assalto/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

NAVARRO, P. Masculinidades em disputa no campo enunciativo: corpo, poder e contracondutas. In:

BRAGA, Joaguim; FERNANDES, Rafael; TASSO, Ismara (org.). **Michel Foucault e os discursos do corpo**. Campinas: Pontes Editores, 2020a. p. 219-248.

OKSALA, J. **Como ler Foucault**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

REBOUÇAS, L. **Professora vira referência no combate à violência contra mulheres surdas**.

2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/12/15/professora-vira-referencia-no-combate-a-violencia-contras-mulheres-surdas.htm>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ROCHA, R. **Dia Nacional do Surdo**: desafios da mulher surda no mercado de trabalho. desafios da mulher surda no mercado de trabalho. 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/dia->

nacional-do-surdo-desafios-da-mulher-surda-no-mercado-de-trabalho,a4b0d9581a56bda0585d41340ab23bfe02q1akxg.html. Acesso em: 20 jan. 2022.

RPC CURITIBA (Paraná). **Grávida surda faz parto acompanhada de intérprete de libras no Paraná.** 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2022/10/08/gravida-surda-faz-parto-acompanhada-de-interprete-de-libras-no-parana.ghtml>. Acesso em: 04 nov. 2022.

SANTANA, E. **Segue para sanção projeto que garante intérpretes de Libras a gestantes surdas.** 2022. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/segue-para-sancao-projeto-que-garante-interpretes-de-libras-a-gestantes-surdas>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SANTOS, R. **No Piauí, quase 40% das pessoas com deficiência são analfabetas, diz IBGE.** 2022. Disponível em: <https://oestadodopiauui.com/no-piaui-quase-40-das-pessoas-com-deficiencia-sao-analfabetas-diz-ibge/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

VIDIGAL, V. **Surda é presa por se apropriar de R\$ 30 mil em empréstimos de outros deficientes auditivos no AP.** 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/07/27/surda-e-presa-por-se-apropriar-de-r-30-mil-em-emprestimos-de-outros-deficientes-auditivos-no-ap.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2023.

Cintia Bicudo

Doutoranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PLE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Leciona no Ensino Fundamental 1 no município de Mandaguaçu.
E-mail: cintia.bicudo@hotmail.com.

Luciana Cristina Ferreira Dias Di Raimo

Doutora em Linguística Aplicada (área: Ensino-aprendizagem de língua materna) pela UNICAMP. Leciona no Departamento de Língua Portuguesa da Universidade Estadual de Maringá.
E-mail: diaslucian@yahoo.com

Recebido em 10/05/2023.

Aceito em 30/11/2023.